

A ENUNCIÇÃO DE POLÍTIAS DE EXTERMÍNIO EM COMENTÁRIOS DE REDE SOCIAL CONTRA USUÁRIOS DE *CRACK*

JÚLIO CÉSAR RIGONI FILHO*


Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens (PPGCom), Curitiba, PR, Brasil.

Recebido em: 29 jan. 2024. Aprovado em: 3 abr. 2024.

Como citar este artigo: RIGONI FILHO, J. C. A enunciação de políticas de extermínio em comentários de rede social contra usuários de *crack*. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 1, p. 157-174, jan./abr. 2024. DOI 10.5935/cadernosletras.v24n1p157-174

Resumo

Investigam-se as práticas enunciativas, em comentários de rede social, que reverberam o ódio contra usuários de drogas e pessoas em situação de rua na Cracolândia, área central da cidade de São Paulo. Reúnem-se, para tanto, as análises de Barros sobre a enunciação na internet e a constituição dos discursos intoleráveis, as constatações de Fontanille (2014) e de Aldama (2006) sobre o território e o uso de drogas, respectivamente, como formas de vida, e as investigações de Landowski (2023) sobre os regimes da alteridade. Com isso, na esteira foucaultiana de Fiorin (2009) e Aldama (2020), a política expressa-se

* E-mail: julinhorigoni@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-5151-1623>

na instrumentalização de dispositivos, como na interseção entre os discursos que preconizam o ódio aos usuários de *crack* e um projeto político de extermínio de minorias e de banalização da violência.

Palavras-chave

Enunciação. Política. Usuários de *crack*.

INTRODUÇÃO

Na cidade de São Paulo, há a maior cena pública de uso de drogas da América Latina, a Cracolândia, área organizada ao redor da venda e do uso do *crack*, droga fumável derivada da cocaína. Ela surgiu nos Estados Unidos em 1980, tendo chegado na mesma década ao Brasil, nos bairros periféricos de São Paulo. Na década de 1990, houve uma intensa procura pela droga na região central da cidade, além da ampliação de seu consumo (Raupp; Adorno, 2011). Monitoramentos da prefeitura de São Paulo apontam que, em 2023, cerca de 1.200 indivíduos estiveram na região, nos sete primeiros meses do ano.¹

Nesse mesmo ano, o portal UOL² chamou a atenção para um fenômeno em ascensão nas redes sociais digitais, principalmente no TikTok: transmissões ao vivo que ocorriam na área central da cidade de São Paulo, especificamente na área da Cracolândia. A rede social permite que o usuário crie vídeos curtos e interaja com eles, os quais, por sua vez, podem ser compartilhados, baixados ou enviados a partir de outros canais digitais. Essas produções, filmadas por sujeitos anônimos dispostos em prédios da região ou nas ruas, expunham o movimento dos usuários de drogas e dos sujeitos em situação de rua.

Enquanto pesquisador interessado nas representações do usuário de drogas na mídia, ao me deparar com essa situação emergente, direcionei-me para os comentários de usuários do TikTok em uma das publicações mencionadas

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/08/17/media-diaria-de-usuarios-na-cracolandia-no-centro-de-sp-cresce-27percent-de-janeiro-a-julho-de-2023-aponta-levantamento.ghtml#:~:text=Cerca%20de%201.200%20pessoas%20foram,janeiro%20a%20julho%20de%202023>. Acesso em: 5 dez. 2023.

2 Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/05/16/cracolandia-porque-plataformas-monetizam-lives-em-cima-da-vulnerabilidade.htm>. Acesso em: 8 dez. 2023.

pela reportagem do portal UOL. Nessa observação, notei o potencial para uma investigação focada na expressão do ódio contra um grupo que, na maior parte das vezes, não possui direito à ampla defesa ou à resposta – silenciados pela situação de vulnerabilidade em que se encontram e pelas dificuldades de formas dignas de representá-los.

Abastecendo-se dos estudos de Barros (2014, 2015, 2016, 2022), hipotetiza-se que os usuários de drogas são sujeitos errôneos na sociedade, já que deixam de cumprir um contrato social que envolve assumir papéis de saúde e de ocupação no mercado de trabalho, e por isso são atingidos por discursos intolerantes e preconceituosos.

Sendo assim, objetiva-se, neste artigo, analisar alguns comentários de um vídeo da Cracolândia, para constatar a presença das paixões de ódio e de medo, a partir de temas e de figuras que acentuam as diferenças entre as identidades dos sujeitos considerados “normais” (não usuários de drogas) ou “anormais” (dos usuários de drogas).

Mas, antes de introduzir a publicação e os comentários selecionados, abordam-se brevemente as práticas de violência e de intolerância contra os próprios usuários de drogas e os agentes públicos e sociais que reivindicam direitos básicos a essa população, o que se associa às disputas entre a esquerda e a direita brasileiras. Entende-se que a Cracolândia é um tema complexo, dotado de marcadores sociais e históricos que imputam condições precárias de vida a determinados sujeitos. Muitas vezes, as drogas marcam uma espécie de fuga desesperada das situações de desigualdades enfrentadas – escape ineficaz, por gerar consequências na saúde e no bem-estar desses indivíduos (Souza, 2016).

Ao tratar de uma das formas do discurso político contemporâneo, o artigo pretende reunir elementos complexos e plurais, como: o uso das redes sociais, a proliferação das reações de ódio e de violência na sociedade, e, principalmente, a vulnerabilidade associada ao consumo de drogas. Desse modo, a noção de “político”, neste texto, consiste nas práticas e nos fenômenos procedimentais, instrumentais e estratégicos, que gestam certos dispositivos para correção dos corpos e das condutas, tornando o poder algo cotidiano e difuso nas interações e instituições sociais. Essa acepção remete a Michel Foucault (1987) e, no campo semiótico, é revisitada, de formas específicas, por Fiorin (2009) e Aldama (2020).

Diante de questões emergentes na sociedade, como as cenas urbanas de uso de drogas e as dimensões das redes sociais nas práticas políticas, o artigo

expressa o potencial da semiótica greimasiana, bem como seus avanços teórico-metodológicos, para investigações desse tipo. Desse modo, além das análises de Barros (2014, 2015, 2016, 2022), que guiam grande parte deste texto, recuperam-se as constatações de Aldama (2006) sobre o uso de drogas como formas de vida, a centralidade do corpo na semiose e nas relações subjetivas nos territórios, em Fontanille (2014, 2016), e as investigações de Landowski (2023) sobre os regimes da alteridade. Com esse conjunto de autores, expandem-se as análises empíricas, refletindo nas possíveis interseções entre os discursos que preconizam o ódio aos usuários de *crack* e um projeto político de extermínio de minorias e de banalização da violência.

A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO NA CRACOLÂNDIA

Historicamente, a área central da cidade de São Paulo abrigou grande parte da elite cafeeira do estado, cujo declínio acentuou-se a partir da crise econômica que marca o final da ditadura militar (1964-1985). Com isso, os casarões que compunham a paisagem dos bairros da Luz e dos Campos Elíseos tornaram-se refúgios das populações de baixa renda, consequência dos pequenos preços dos aluguéis. De tal modo, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por um movimento migratório de cidadãos pobres ocupando os entornos das regiões mais ricas. Além disso, com a eclosão dos automóveis e a interligação da cidade, o centro adquiriu um papel de ligação, de passagem entre as distintas regiões (Raupp; Adorno, 2011).

O rol de mudanças na configuração do centro urbano, ao abrigar sujeitos carentes, estimulou discursos sobre o medo, a violência e o perigo. Desse jeito, a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (2021) ressalta a formação do olhar criminalizante sobre a população pobre, além do fomento de um urbanismo privatista, que na área da segurança pública se apropria dos espaços, como o caso dos condomínios residenciais reservados, em bairros de alto padrão.

Nesse sentido, é válido reconhecer a Cracolândia para além de uma cena urbana de consumo de drogas e, sim, como um território produzido a partir “de ausências e presenças estatais que culmina em um projeto segregacionista e agravador de desigualdades econômicas e sociais, tendo o racismo como seu

marcador preponderante” (Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, 2021, p. 7).

A organização espacial da região decorreu da segregação racial estabelecida com base nas hierarquias sociais, além de contar com as influências do mercado imobiliário, que se vale da gentrificação do espaço urbano e da especulação imobiliária do centro da cidade. Assim, há um jogo de interesses sobre o espaço, seja pelos objetivos financeiros de comerciantes e donos de imóveis ou de autoridades públicas preocupadas com o convencimento de eleitores:

Nesse processo, alegações de preocupação com sua saúde ou condições psíquicas serviriam apenas como justificativas morais para as ações de “limpeza”, dado que nenhuma política específica foi posta em prática visando melhorar suas condições (Raupp; Adorno, 2011, p. 2620).

Diante dos incômodos provocados pela violência e pelas mazelas sanitárias que rondam a região, autoridades e candidatos a cargos públicos, costumeiramente, (re)produzem discursos para sanar tais problemas. Refletindo sobre a situação da Cracolândia, nota-se que há uma crescente preocupação com medidas extremistas e repressivas, estimulando, de certo modo, manifestações de violência.³

Entre 2005 e 2008, Raupp e Adorno (2011) recapitulam que se desenvolveram projetos urbanos que pretendiam expulsar grupos que circulavam na região, valendo-se de ações policiais para requalificar o bairro, inclusive com a instalação de órgãos públicos e com incentivos fiscais para empresas que desajassem investir na localidade.

Já na década de 2010, do lado da esquerda, Fernando Haddad, prefeito da capital paulista de 2013 a 2016, projetou e implementou o Programa Braços Abertos, que visava ao acolhimento e à reinserção social dos usuários de drogas e sujeitos em situação de rua. Oportunizando emprego na zeladoria municipal e contando com o acompanhamento de pesquisadores e profissionais das áreas da saúde e da assistência social, a iniciativa foi alvo de uma série de desinformações, como as da Bolsa Crack.⁴

3 A título de ilustração, em 2018, o *Jornal da USP* apontava para as repercussões da violência em comentários de ódio contra grupos como os usuários de drogas, durante os processos eleitorais. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/violencia-das-ruas-se-repete-em-discurso-de-odio-na-internet/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

4 Pasquim, Oliveira e Soares (2020, p. 8) observam um conjunto de desinformações sobre drogas, entre as quais há um grupo de informações falsas que relata “desfechos ‘positivos’ para os usuários de droga”, como a falsa existência de um benefício do governo para os usuários de *crack*, a Bolsa Crack.

Ao perder a reeleição para João Dória, candidato de direita, o programa foi encerrado, tendo o então prefeito apostado em medidas sanitárias e de segurança pública, algo que foi expandido quando Dória tornou-se governador de São Paulo. Enquanto prefeito, ele defendeu as atividades repressivas da Guarda Civil Metropolitana, apontando que a criminalidade, que envolve pequenos furtos relacionados ao tráfico de drogas, não seria tolerada, afirmando que: “Antes, achava-se que isso [criminalidade] fazia parte da naturalidade do chamado Braços Abertos. Agora, nós só teremos braços abertos para pessoas de bem. As pessoas de mal terão portas da cadeia abertas”.⁵

Recentemente, para aproximar os usuários de drogas de espaços voltados ao atendimento de pessoas em vulnerabilidade, o atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sugeriu transferir os indivíduos da Cracolândia para outra região. Sem detalhar os procedimentos envolvidos para esse objetivo, o governante defendeu a atuação das forças de segurança no local.⁶

Como reação a essas situações, movimentos sociais organizaram-se em prol da defesa dos sujeitos inseridos nas situações de vulnerabilidade decorrentes do uso e abuso de drogas, como o Craco Resiste, coletivo que atua na região central de São Paulo. Inclusive, grupos, organizações e movimentos sociais que atuam no acolhimento, na orientação e no amparo aos usuários de drogas e moradores de rua são vítimas de discursos de ódio. É, por exemplo, o caso do padre Júlio Lancellotti, constantemente intimidado e caluniado por seu trabalho comunitário e eclesial voltado aos sujeitos da região. Geralmente, essas ofensas repetem mantras da extrema direita brasileira, como a desvalorização dos direitos humanos e a provocação do ódio às minorias sociais.

Semioticamente, o território é controlado por um actante, logo, a maneira como ele age estrutura esse espaço, como enuncia sua identidade simbólica, caso haja um poder compartilhado internamente e, ao mesmo tempo, reconhecido na exterioridade desse local. Esse postulado levantado por Fontanille (2014) é intrigante sob perspectivas paradoxais, mas complementares: o poder instaurado internamente no território da Cracolândia pode ser tanto das autoridades policiais que reivindicam a tomada forçada do espaço, seguindo o

5 Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-cracolandia-vai-acabar-antes-do-fim-do-seu-mandato.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2023.

6 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tarcisio-quer-transferir-usuarios-da-cracolandia-para-o-bom-retiro-vai-dar-certo-nao-sei/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Estado; assim como a atuação de organizações criminosas que desejam a manutenção desse espaço para a venda de drogas; ou a atuação de setores econômicos que obtêm vantagens especulativas com a degradação da área da cidade.

Em todos esses cenários, a individualidade dos sujeitos que ocupam a Cracolândia é reduzida ao vício, pois cada sujeito tem seu próprio itinerário dentro desse território. Inclusive, um território é uma forma de vida, por valer-se de atualizações constantes em sua dinâmica. Os ocupantes da Cracolândia, os sujeitos que desenvolvem trabalhos sociais na região, os moradores, os comerciantes e os policiais estão em constante relação nesse espaço. O que não significa que as trocas entre os sujeitos sejam harmônicas, pois, como reconhece Fontanille (2014), há regimentos de poder que perpetuam a maneira como cada agente atua sobre o território.

O uso de drogas também é uma forma de vida, pois Aldama (2006) reconhece que há particularidades sensoriais e passionais envolvidas em cada consumo de drogas, de modo a compor uma ritualização do sujeito. Entretanto, quando consumidas em exagero, o sujeito avança para um estado de aprofundamento das experiências corpóreas, tornando-se dependente. Em tal caso, o sujeito é diminuído, tornando-se objeto médico e legal, passando, desse modo, a um espaço de não sujeito, pois fica refém da droga. O autor identifica que há uma modalização desse ser como impotente de acionar qualquer curso narrativo e discursivo, desprovido das dimensões de /querer/, /dever/, /saber/, /poder/, /fazer/ ou /ser/. A partir dessas constatações, avança-se para a seleção e análise dos discursos intolerantes sobre os usuários de drogas.

INVESTIGANDO O DISCURSO DE ÓDIO AOS USUÁRIOS DE DROGAS

Como mencionado na introdução, tomou-se como objeto empírico uma série de comentários extraídos de um vídeo postado na rede social TikTok.⁷

⁷ O TikTok é o principal produto da empresa ByteDance. A rede social foi criada em 2016 pelo empreendedor chinês Zhang Yiming. No ano seguinte, iniciou-se a expansão da plataforma para o mercado internacional, popularizando-se em 2018, a partir da fusão do TikTok com o aplicativo Musical.ly. Como a rede social não exige um cadastro, permite que qualquer sujeito que tenha baixado o aplicativo tenha acesso aos vídeos. Mas, caso o usuário deseje produzir conteúdos ou interagir, via comentários e curtidas, precisará cadastrar-se. Ainda, os algoritmos de inteligência artificial selecionam os tipos de conteúdos preferidos do espectador (Montag; Yang; Elhai, 2021).

A publicação em questão, ambientada na Cracolândia, revela uma aglomeração de pessoas, vistas de uma tomada de cima, e a degradação do espaço físico ao redor delas. Na Imagem 1, apresenta-se o trecho inicial do vídeo.

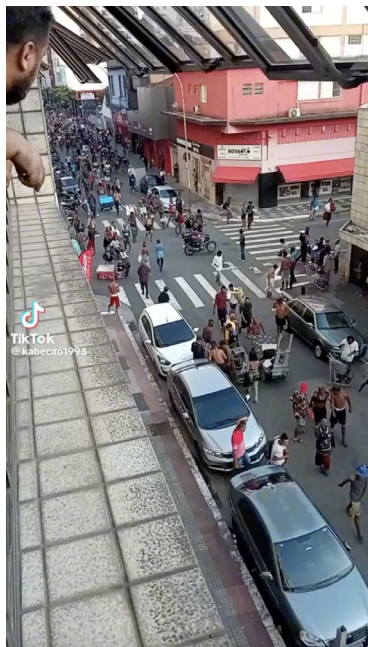


Imagem 1 – Trecho inicial da publicação selecionada

Fonte: TikTok (2023).

Dessa postagem, extraiu-se um conjunto de comentários, tentando analisá-los em profundidade. Para selecioná-los, primeiro realizou-se uma leitura flutuante e aleatória de 70 comentários no vídeo postado, durante o mês de junho de 2023, seguida de uma extração de 20 comentários representativos para a análise. Com a finalidade de manter o anonimato dos perfis que comentaram na publicação, prezando os aspectos éticos da investigação em redes sociais, optou-se por borrar os nomes e as fotos de identificação dos usuários da plataforma.

A análise baseia-se no conceito central de enunciação, pelo qual o enunciado é produzido por um ato de linguagem, o que possibilita reconhecer o enunciante por meio das marcas no enunciado. No caso dos discursos da internet, o usuário da rede social é o sujeito da enunciação, e “os temas e as figuras

trazem ao ator da enunciação as marcas de sua inserção sócio-histórica e ideológica” (Barros, 2015, p. 24). Em suma, o discurso é operado pelo sujeito da enunciação, ao realizar a produção discursiva, no “aqui” e no “agora” (Fiorin, 2000).

Barros (2014, 2015) aborda o discurso complexo da internet a partir das categorias de tempo, espaço e pessoa. O tempo envolve os traços de fala e de escrita ocorridos ou não concomitantemente com a elaboração e a produção do discurso, que pode ser aspectualizado contínua (durativo) ou descontinuamente (pontual). No caso do espaço, a autora recupera a noção semiótica de presença, apontando os contrastes entre a presença e a não presença dos interlocutores na fala e na escrita, recursos que criam os efeitos de proximidade e de distanciamento. Por fim, a categoria do ator é o revestimento linguístico dos sujeitos, a partir de temas e de figuras. Sobre isso, vale-se da noção de que a tematização, a organização da narrativa e a figurativização, atribuição de roupagens sensoriais, são as maneiras de concretizar o sentido.

Na internet, o sujeito da enunciação forma-se com identidade, estilo e corpo próprios, dotado de crenças e de valores, bem como modos de ser e de fazer projetados pelos papéis temáticos e figurativos. Ainda, esses discursos (como os das redes sociais) operam em uma conjunção concessiva dos contrários, que coexistem nos discursos. Há uma posição intermediária na internet da fala e da escrita, do público e do privado. Logo, a prática discursiva na internet é, simultaneamente, “próxima e distante; descontraída e formal; incompleta e completa; subjetiva e objetiva” (Barros, 2015, p. 20).

A semioticista introduz aspectos da corporeidade e da afetividade nas interações que ocorrem nas redes sociais, o que abre a possibilidade de investigar o texto como uma enunciação corporizada, já que, de um lado, há a própria fonte corporal do discurso, como essa fonte imprime o texto, e, de outro, ao imprimi-lo, o corpo está no texto como vestígio tensivo esquemático. Tal ponto resgata a ideia de práxis enunciativa, pelo fluxo de conexões que constitui o discurso enquanto ele é enunciado, ou seja, além de gestar o enunciado, a enunciação é criada pelo ato de enunciar (Fontanille, 2016).

Levando em consideração esses pontos sustentados pelos autores da semiótica, continuou-se a análise dos comentários. Na sequência, realizou-se uma classificação com agrupamentos de similaridades temáticas e figurativas dos discursos examinados. Com isso, chegou-se a três conjuntos de comentários: culpabilização e cobranças destinadas a agentes políticos; clamor por

uma intervenção divina; e táticas para erradicar a Cracolândia. Como as discussões do artigo envolvem a intolerância expressa discursivamente, a ênfase da análise repousa nessa última categoria. Entretanto, apresentam-se, na sequência, algumas reflexões sobre as demais categorias formadas.

O primeiro conjunto, expresso na Imagem 2, reúne comentários que exigem soluções do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), eleito em 2022. Outros “aliviam” a responsabilidade do governador, sugerindo que o “problema” deve ser solucionado pelo prefeito da cidade de São Paulo. Certos discursos apontam para as dificuldades de moradores e comerciantes da região, cobrando iniciativas de repressão. Eles afirmam que os usuários de drogas são simpatizantes de grupos de esquerda, como eleitores do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito em 2022.



Imagem 2 – Comentários que culpabilizam e cobram agentes políticos

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de TikTok (2023).

No segundo conjunto de comentários agrupados, expresso na Imagem 3, há o clamor por uma intervenção divina, reivindicando a um poder celestial a salvação das pessoas e do local, na esteira da misericórdia cristã, culpabilizando o diabo pela existência das drogas. Alguns chegam a pedir para Deus adiantar o processo de morte dessas pessoas, como forma de “livrá-las do mal e do pecado”.

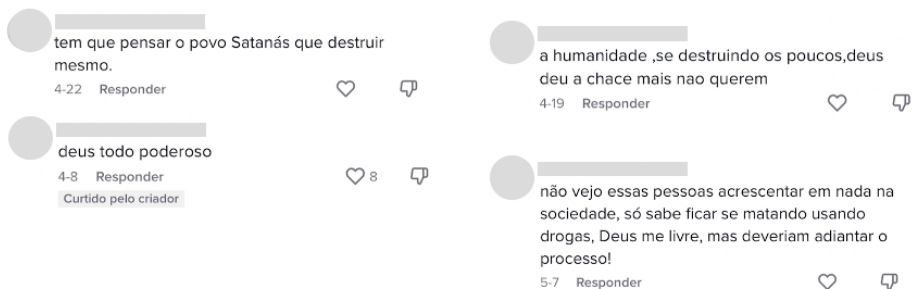


Imagem 3 – Comentários que envolvem temas religiosos

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de TikTok (2023).

Por fim, o terceiro conjunto de comentários, dispostos na Imagem 4, refere-se às sugestões sobre como erradicar a vida dos indivíduos em situação de rua ou em transtornos decorrentes do uso de drogas. Nesse grupo, os discursos fomentam táticas violentas ou dão a entender que a forma mais eficaz de “resolver” a situação da Cracolândia é eliminar os usuários, comparando-os a zumbis ou lixos, como se a região formasse uma zona de contágio e contaminação.



Imagem 4 – Comentários que idealizam formas de erradicar a Cracolândia e que condenam os usuários

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de TikTok (2023).

De forma geral, percebe-se, logo de imediato, a incompreensão da dependência química como uma doença, que pode se manifestar na maioria nos sujeitos inseridos na Cracolândia, mas que não os constitui. Ou seja, essas pessoas estão em situação de transtornos decorrentes do uso de drogas, o que não pode reduzi-las à própria substância, lembrando que alguns comentários afirmam que a vida de tais pessoas não é digna e que não há “salvação” para elas. Recuperando as constatações de Raupp e Adorno (2011) e de Souza (2016), entende-se que a dependência química deve ser avaliada de forma intersectorial por profissionais da saúde e da assistência social, em vez de os usuários sofrerem com medidas repressivas e de enfrentamento que amplificam a violência e os afastam de caminhos dignos para seu tratamento e sua reinserção.

Com isso, todos os comentários analisados, dentro dos três grupos formados, exageram em um ponto de vista. Isso ocorre pelo recurso da figurativização, que potencializa um caráter passional, sem medidas ao exagerar e ser autoritário, corajoso e descortês. Nesses discursos, predomina a dimensão sensível sobre a dimensão inteligível. No estudo das paixões e de seus percursos, Barros (1990) avalia que a repulsa envolve um campo passional simples, resultante da modalização do não-querer-ser. Ou seja, o sujeito que enuncia contra as formas de vida dos usuários de *crack* deseja distinguir-se deles, como em uma espécie de fronteira moral que os distancia.

O ser considerado diferente, no caso o usuário de drogas, rompe com certos pactos e acordos socialmente instituídos. A sanção aos sujeitos errôneos, considerados cidadãos reprováveis, é, para Barros (2016), o discurso intolerante. Tal reprovação é notada principalmente no terceiro conjunto de comentários. Entretanto, em todos os conjuntos examinados, há uma ampla carga passional nesses discursos, frutos de sujeitos apaixonados (dotados de paixões malevolentes).

Quanto aos valores que envolvem as relações entre os usuários de drogas e os não usuários, seguindo os preceitos de Landowski (2023), destacam-se a perseguição das diferenças e a redução da diversidade, em que ocorrem papéis predefinidos entre atores dominantes e dominados. Tal modalidade corresponde a um regime de programação, com o acréscimo de valores negativos e o congelamento das relações de significado.

Direcionando-se para tais conexões, Barros (2016) projeta que é possível tornar o “diferente” um “igual”, ao integrá-lo via modificação ou apagamento dos valores e dos modos de agir. O usuário de drogas não pode se mostrar

como um usuário de drogas, devendo parecer “normal/saudável”. Isso constitui um contrato de veridicção estipulado pelo domínio do segredo e da mentira, já que o “diferente” deve não parecer, mas ser, mostrando-se como os “iguais”, logo, parecendo, sem ser. O diferente não é assassinado, pois suas diferenças são apagadas, sem ser socialmente aceito.

Sobre isso, há um aspecto das análises de Goffman (1988) que se aplica ao caso das dimensões públicas da visibilidade dos usuários de drogas: a manipulação da identidade do estigmatizado. Isso, ao importar características, condutas e comportamentos aos procedimentos realizados por essas pessoas, faz com que elas internalizem esses valores negativos, embora eles sejam atribuídos artificialmente, por tratar-se de uma convenção social. Com isso, o usuário de drogas entende-se como inferior aos demais membros da sociedade, reconhecendo-se como estigmatizado, danificando as suas identidades e prejudicando uma reestruturação de sua saúde física e mental, bem como de sua participação social. Por isso, o tratamento e a reinserção social devem reelaborar a socialização incompleta desses indivíduos (Souza, 2016).

Para Landowski (2023), a exclusão da alteridade é um aspecto transitivo e dinâmico, pois, ao expulsar determinado sujeito de uma comunidade, sob alegações e modos diversos, erguem-se barreiras que proíbem o acesso a determinados espaços. Intenta-se eliminar o conjunto de segregados, condenando-os a perecer, por exemplo. Há a possibilidade de autoexclusão, como forma de o sujeito excluído reivindicar sua própria diferença, diante de um confronto com o poder dominante.

Inclusive, pensando na dimensão do contágio do estigma, na esteira de Goffman (1988), há casos em que as pessoas que se aproximam dos usuários para compreender suas vivências ou ofertar serviços básicos, por exemplo, tornam-se alvos de definições negativas. O usuário, com isso, opta pelo isolamento, embora essa situação seja um imperativo já relacionado ao consumo de drogas, como se culturalmente houvesse o estabelecimento de um contrato fiduciário no qual, ao “optar” pelo consumo de *crack*, o sujeito devesse afastar-se da sociedade, renunciando às suas dimensões social e humana. Isso, inclusive, serve para que a pessoa preserve a si mesma e forme grupos de interesse comum pelo consumo de *crack*, como ocorre na Cracolândia.

A breve explanação dos embates que envolvem a Cracolândia, bem como a dimensão pública dessas discussões, no item anterior, permite aventar que tais discursos de ódio conectam-se com outros discursos. Isso caracteriza o

dialogismo que, para Fiorin (2000), envolve o funcionamento de um enunciado a partir da evocação, direta ou indireta, de outro. Quando certos comentários clamam pela truculência policial, eles se baseiam em medidas já aplicadas, que constituem os modos pelos quais os usuários de drogas em situação de rua são tratados, endossando tais práticas de forma exacerbada nos discursos em ambientes virtuais, algo notado por Barros (2014, 2015, 2016).

Prova disso é, também, a vulgarização da linguagem percebida por Barros (2023) nos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) notada nos comentários levantados. Isso ocorre tanto no primeiro conjunto de discursos e quanto no terceiro. Nesses casos, há indicadores que revelam a posição partidária assumida pelos sujeitos (como as culpabilizações às alas da esquerda devido à situação da Cracolândia ou o desejo de que medidas agressivas sejam tomadas por governos de direita). Em se tratando de apoiadores do ex-presidente, os relatos aproximam-se dos recursos discursivos mobilizados por Bolsonaro. Por conseguinte, pode-se afirmar que há uma linguagem vulgar em tais discursos, decorrente de um quadro de valores partilhados entre sujeitos que apoiam Bolsonaro ou as alas de extrema direita, gestando na rede social um espaço para expressar ofensas, ódio e discriminações contra os que confrontam seus valores.

Aprofundando as discussões sobre as intersecções entre os campos político e discursivo, os comentários contra os usuários de drogas constituem-se como discursos políticos a partir da ideia de Foucault (1987) sobre o trasbordamento das técnicas disciplinares e punitivas do sistema penal, do século XVIII, nas relações sociais. Essa base é resgatada por Aldama (2020), para quem a política pode ser considerada como algo instrumental, pois, no plano da expressão, ela consiste em procedimentos, estratégias e dispositivos que colocam em prática os objetivos e as ideologias do plano do conteúdo. De tal forma, a política é uma gestão dos corpos, que não abre espaço para a divergência, de modo a perpetuar autoritarismos. A ausência, ou anuência, do Estado em situações de violência cometidas contra usuários de drogas potencializa os discursos excessivos sobre a sua não importância para o convívio social.

Em suma, os comentários analisados constituem-se como discurso de ódio por projetarem a desumanização do outro, a retirada da fala, a legitimação da violência e do medo, valendo-se de certas roupagens temáticas e figurativas. Tal multiplicidade operada pelo poder inscreve-se na linguagem, cuja natureza é fundamentalmente política, já que “sujeita os que a falam a sua

ordem. Os silenciamentos operados pelo discurso manifestam uma relação de poder. Os discursos que circulam no espaço social são submetidos à ordem do poder” (Fiorin, 2009, p. 164).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da exacerbação da intolerância contra os usuários de drogas e contra os agentes públicos e sociais que reivindicam direitos básicos para essa população, tomando como objeto empírico uma série de comentários extraídos de um vídeo postado no TikTok, ampliou-se o debate sobre a dimensão política do discurso, pelo modo como eles incidem nos corpos, atentando-se para a materialização das práticas de violência e de intolerância. De tal modo, antes de compreender como o discurso da internet recebe as questões da exacerbação da intolerância, a parte inicial deste artigo evidenciou a Cracolândia como um espaço construído a partir de segregações e hierarquias sociais. Reconheceu-se como os modos de lidar com os usuários de drogas, a partir dos discursos políticos, implicam práticas comuns, no caso, com base nos comentários em redes sociais e na exposição de certos corpos como intoleráveis.

Diante da complexidade de sentidos que envolvem esses discursos, a investigação rastreou o ator excessivo da enunciação na internet, dado seu sincretismo (ao reunir aspectos verbais e visuais), sua complexidade entre fala e escrita, e pelo alargamento e pela extensidade das paixões malevolentes. Cabe ressaltar que “a internet não é a causa do preconceito e da intolerância, mas os discursos nela construídos, pelas características discursivas apontadas, facilitam, desencadeiam, incentivam ou escancaram a produção de discursos agressivos” (Barros, 2016, p. 13).

Em pesquisas anteriores, identificaram-se padrões figurativos e temáticos dos usuários de drogas, ante as lógicas de visibilidade e invisibilidade que reforçam estereótipos e atendem a um preceito imunitário, ao rotularem certos sujeitos e territórios como degradados e indignos de ocupar as cidades. As demonstrações figurativas dos usuários, dos locais que eles frequentam e dos confrontos que ocorrem nesses espaços têm como ênfase a quantidade de pessoas, em tomadas vistas de cima, desidentificando-as, além de apresentarem a desordem, a sujeira e o perigo que eles representam para a circulação de pessoas “normais”. Com isso, não se pode deixar de considerar que, socialmente,

já há uma estruturação dos modos como os usuários de drogas devem ser tratados, principalmente na Cracolândia, que já foi palco de uma série de medidas sanitaristas e repressivas.

Retornando aos discursos da internet, o valor de pureza manifestou-se nos discursos que apontam formas “eficazes” para aniquilar a vida dos usuários de drogas, banalizando violências e possíveis atentados contra a vida de quem se encontra em situação de rua, por exemplo. É comum aos discursos intolerantes sugerir formas de “resolver” a Cracolândia a partir da repressão, por considerá-la um reduto de criminalidade na cidade.

The enunciation of extermination policies in social network comments against crack users

Abstract

We investigate the enunciative practices in social network comments that reverberate hatred against drug users and homeless people in Cracolândia, a central area of the city of São Paulo. This brings together Barros’ analysis of enunciation on the internet and the constitution of intolerable discourses, Fontanille’s (2014) and Aldama’s (2006) findings on territory and drug use, respectively, as forms of life, and Landowski’s (2023) investigations into regimes of alterity. Thus, in the Foucauldian wake of Fiorin (2009) and Aldama (2020), politics is expressed in the instrumentalization of devices, such as the intersection between discourses that advocate hatred of crack users and a political project for the extermination of minorities and the trivialization of violence.

Keywords

Enunciation. Politics. Crack users.

REFERÊNCIAS

ALDAMA, J. A. Les drogues comme forme de vie: pour une sémio-narcotique. *In*: ALDAMA, J. A. *et al.* (org.). *La transversalité du sens: parcours sémiotiques*. Saint Denis: PUV, 2006. Disponível em: <https://books.openedition.org/puv/5643>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ALDAMA, J. A. Regímenes de veridicción y simulacros de la política. *DeSignis: Publicación de la Federación Latinoamericana de Semiótica (FELS)*, v. 33, p. 47-55, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6060/606064829004/606064829004.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARROS, D. L. P. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro Semiótico*, v. 2, n. 11, p. 60-73, 1990.

BARROS, D. L. P. O discurso intolerante na internet: enunciação e interação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA, 17., 2014, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: UFPB, Ideia, 2014. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0716-1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARROS, D. L. P. A complexidade discursiva na internet. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, v. 13, n. 2, p. 13-31, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/download/8028/5756>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARROS, D. L. P. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 58, n. 1, p. 7-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8646151/13239/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARROS, D. L. P. Contrato de veridicción: operações e percursos. *Estudos Semióticos*, v. 18, n. 2, p. 23-45, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8615693.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARROS, D. L. P. Popularización y vulgarización del lenguaje: historia de las gramáticas y discursos políticos. *DeSignis: Publicación de la Federación Latinoamericana de Semiótica (FELS)*, n. 39, p. 125-135, 2023. Disponível em: <https://www.designisfels.net/wp-content/uploads/2023/12/designis-i39.pdf#page=63>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, J. L. Língua, discurso e política. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 11, p. 148-165, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/djMj5DwxcCY7wXK3nzPTwhf/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FONTANILLE, J. Territoire: du lieu à la forme de vie. *Actes Sémiotiques*, n. 117, 2014. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/5239>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FONTANILLE, J. *Corpo e sentido*. Londrina: Eduel, 2016.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

INICIATIVA NEGRA POR UMA NOVA POLÍTICA SOBRE DROGAS. *Racismo e gestão pública: custos das políticas de drogas na Cracolândia*. São Paulo: Iniciativa Negra, 2021. Disponível em: <https://iniciativanegra.org.br/publicacao/racismo-e-a-gestao-publica-custo-das-politicas-de-drogas-na-cracolandia/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LANDOWSKI, E. Pour une grammaire de l'altérité. *Revista Acta Semiotica*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 79-94, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/actasemiotica/article/view/62453>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MONTAG, C.; YANG, H.; ELHAI, J. D. On the psychology of TikTok use: a first glimpse from empirical findings. *Frontiers in Public Health*, v. 9, p. 641-673, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2021.641673/full>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PASQUIM, H.; OLIVEIRA, M.; SOARES, C. B. Fake news sobre drogas: pós-verdade e desinformação. *Saúde e Sociedade*, v. 29, n. 2, p. e190342, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/v29n2/1984-0470-sausoc-29-02-e190342.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v16n5/a31v16n5.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SOUZA, J. (org.). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.